

Dívida interna

Pública GAZETA MERCANTIL 9661 NNC 02

subiu 9,6% e soma R\$ 151 bi

União fez emissão recorde de títulos em maio

por Ivanir José Bortot
de Brasília

O governo aumentou, no mês passado, em R\$ 10,2 bilhões a dívida mobiliária para impedir o crescimento da moeda e evitar riscos de descontrole das metas monetárias. O estoque dos títulos públicos cresceu 9,6% em apenas um mês – recorde do ano, o maior crescimento desde agosto de 1995 – e atingiu R\$ 151,1 bilhões no mês passado, valor equivalente a 17,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Era quase um terço disso, R\$ 57,1 bilhões, em maio de 1994, pouco antes do Plano Real. O crescimento da dívida interna neste ano já é de 39,5%.

A injeção de capital de R\$ 6,4 bilhões feita pelo Tesouro Nacional no Banco do Brasil (BB), a ajuda do Banco Central (BC) aos bancos nas linhas de assistência financeira de liquidez (redescoto) e liberações do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer) e o forte ingresso de recursos externos são os principais fatores que aumentaram a oferta de dinheiro na economia. Os dados fazem parte do relatório mensal divulgado, ontem, pelo Banco Central à imprensa.

O documento revela, entre outros importantes dados, um número impres-

sionante: o Proer custou, desde a sua criação e até o fim de maio, a soma de R\$ 12,1 bilhões.

Especificamente em relação ao mês de maio, as instituições financeiras receberam R\$ 6,1 bilhões apenas do Proer. A maior parte desses recursos ficou com o Banco Central por conta de dívidas que esses bancos tinham no redescoto. Acabaram indo para o mercado R\$ 2,466 bilhões. As instituições receberam ainda R\$ 1 bilhão nas linhas normais de redescoto do BC.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, referiu-se ontem ao problema do redescoto e disse que deverá facilitar (Cont. B-3)

Dívida interna subiu 9,6% e soma...

Pública

por Ivanir José Bortot
de Brasília
(Continuação da página A-1)

o acesso às linhas de descontos do Banco Central. "Hoje quando uma instituição recorre ao desconto passa ao mercado uma visão de que está em processo de falência. No resto do mundo não é isso", disse Malan.

O aumento das reservas internacionais do Brasil,

no conceito de liquidez, de US\$ 56,7 bilhões em abril para US\$ 59,3 bilhões em maio é outro foco de endividamento mobiliário da União.

A capitalização do Banco do Brasil não teve impacto monetário, mas influiu no aumento do endividamento e "vai implicar em pagamento de juros maiores no futuro", disse o chefe do Departamento

Econômico do Banco do Central, Altamir Lopes.

O mais amplo dos indicadores de poupança financeira pública e privada, o M4, registrou, no final de maio, um saldo de R\$ 278,4 bilhões, o que equivale a 44,5% do PIB. O saldo anterior era de R\$ 268 bilhões.

A ausência de um equilíbrio fiscal das contas públicas é hoje o principal fator que vem levando o Banco

Central realizar uma política monetária restritiva às custas do endividamento público. Caso o Tesouro Nacional tivesse conseguido um bom desempenho em maio, o Banco Central poderia calibrar a quantidade de moeda na economia sem precisar fazer emissão de títulos públicos.

Apenas em maio houve um crescimento da base monetária ampliada (que,

além do papel moeda emitido e das reservas bancárias, contabiliza os depósitos compulsórios em espécie, os títulos do Banco Central e os títulos do Tesouro) de R\$ 13,9 bilhões. O saldo da base ampliada passou de R\$ 140,36 bilhões em abril para R\$ 154,32 bilhões em maio, ficando muito próxima da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional CMN) para o segundo trimestre deste ano.

Apesar do crescimento destes importante agregado monetário, o Banco Central conseguiu manter todos os demais indicadores referentes ao controle de moeda

em circulação na economia. O papel moeda em poder do público e os depósitos a vista (M1) mantiveram-se em R\$ 23 bilhões em maio, o mesmo nível de abril, apesar de ter ocorrido um aumento de demanda por moeda manual de 5,1%.

O Banco Central promoveu a liberação de recursos do encaixe obrigatório dos depósitos de cadernetas de poupança contribuindo para garantir uma liberação líquida de R\$ 628 milhões às instituições financeiras. Este recurso acabou sendo aplicado em papéis públicos e não tiveram nenhum tipo de impacto no mercado.

As captações de recursos externos e os investimentos estrangeiros, ao contrário, contribuíram para provocar impacto monetário da ordem de US\$ 2,1 bilhões. O saldo dos investimentos líquidos direito atingiu US\$ 3,2 bilhões em maio, um recorde histórico, muito maior do que o total do ingresso do ano de 1995, como este jornal antecipou na última semana.

As aplicações líquidas em portfólio atingiram US\$ 2,945 bilhões, no mesmo período, ficando abaixo do investimento direito feito no País. As captações em moeda fo-

ram de US\$ 2,7 bilhões. As emissões feitas em bônus e notas no exterior por empresas brasileira contribuíram para trazer divisas da ordem de US\$ 2.078 bilhões.

Hoje estas empresas estão conseguindo captar recursos externos com taxas de juros muito menores do que aquelas praticadas no mercado financeiro doméstico. Os custos de captação de recursos de longo prazo tiveram um pequeno aumento passando de 10,96% para 11,13% entre abril e maio. Os prazos de captação ficaram em seis anos e sete meses.